

# Lobby das Associações Comerciais está pronto

Suas propostas à Constituinte incluem a redução da hegemonia do Estado na economia

Rio — “Projeto Social para o Brasil” é documento base que servirá como principal instrumento na defesa de posições das Associações Comerciais de todo o País na Constituinte.

O documento foi elaborado sob o patrocínio da Confederação Nacional das Associações Comerciais que têm à frente o empresário fluminense Amaury Temporal, que também preside a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Apesar de identificar alguns parlamentares, como o empresário Ronaldo César Coelho e o ex-ministro Francisco Dornelles, como mais próximos de suas posições, a Associação, segundo Temporal, não terá critérios partidários na busca de um

entendimento com os deputados que representam o Estado.

No curso da campanha eleitoral a Associação Comercial do Rio exercitou uma série de debates com candidatos à Constituinte, ouvindo suas idéias e apresentando suas propostas. Agora a instituição quer partir para uma ação concreta, mantendo encontros com os constituintes. O mesmo procedimento, de acordo com o presidente da Confederação das Associações Comerciais, será seguido pelas Associações Comerciais dos diversos Estados, que vão promover reuniões com suas respectivas bancadas.

A Confederação das Associações Comerciais foi a primeira

instituição a se inscrever como “lobista” junto ao Congresso Constituinte. Tem feito um trabalho de acompanhamento sistemático do processo constituinte e do comportamento dos parlamentares. Até as suas presenças e ausências em plenário são vigiadas e um relatório é encaminhado regularmente para todas as Associações Comerciais do País. O documento “Projeto Social para o Brasil” aborda, fundamentalmente, a ordem econômica, numa defesa intransigente da economia de mercado e num repúdio veemente à presença do Estado na economia. Aborda, ainda, questões político-institucionais e sociais, além de geração de empregos, educação e saúde.



Temporal, Lindberg e Afif Domingos: empresários se unem para influir na Constituinte

## O porta-voz é Afif Domingos

Da Sucursal

São Paulo — O debate sobre a Constituinte e as teses que interessam às associações comerciais acontecendo há alguns meses na entidade paulista. A própria candidatura de Guilherme Afif Domingos (PL), ex-presidente do órgão e eleito com 508 mil votos motivou ainda mais essa discussão. Em seus discursos de campanha, ele defendia com insistência a tese da descentralização. Sua palavra de ordem, lembra, era: “Tudo o que o município puder fazer, não deve ser feito pelo estado, tudo o que o Estado puder fazer não deve ser feito pela União e tudo o que o cidadão puder fazer não deve ser feito pelo município, pelo Estado ou pela União”.

Para a Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif passa a ser o principal porta-voz na Constituinte. Ele acredita que a conjuntura brasileira vai, naturalmente, levar as bases a pressionarem o governo federal. “E se essas bases forem bem orientadas, deverão influenciar na execução das mudanças que precisam ser feitas”, explica.

Afif criticou o ritmo em que se desenvolvem os trabalhos da Constituinte. “São negociatas das cúpulas, principalmente dos partidos majoritários, que disputam o poder”, protestou. Ele considera esse comportamento “tipicamente da Corte”. “E a Corte — prosseguiu — está totalmente fora da realidade brasileira”.

## Reunião será em Brasília

O empresariado brasileiro está disposto a influir decisivamente na Constituinte para reduzir a hegemonia estatal e acabar com o Estado “centralizador, paternalista e gestor da vontade nacional”. E partir desta posição que cerca de 1.500 empresários de todo o País vão se reunir aqui em Brasília nos dias 26 e 28 de abril, durante o IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, no Centro de Convenções. As propostas dos empresários serão encaminhadas ao Governo e à Assembleia Nacional Constituinte.

— Queremos, através do livre debate, indicar os caminhos mais viáveis para sair dessa situação quase calamitosa em que a iniciativa privada se encontra hoje no País — afirma Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, promotora do encontro.

Amaury alerta também para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes no sentido de baixar as taxas de juros, porque o nível de insatisfação tem ultrapassado todos os limites. “Ao mesmo tempo em que temos nossos olhos voltados para o futuro e procuramos marcar de forma clara nossas posições para a Constituinte, vemos também que as perspectivas a curto prazo são de falência para os pequenos e médio empresá-

rios, o que poderá acender os debates no Congresso”, diz ele.

Amaury Temporal disse que o Governo precisa ouvir com atenção os micros, pequenos e médios empresários, pois são eles os responsáveis por cerca de 90 por cento dos empregos gerados no País. “Se eles falirem o próprio País falirá”, frisou.

— Nossa intenção não é fazer um protesto contra o Governo ou as autoridades constituídas, ao contrário, é apontar soluções para que o Governo possa superar a crise que se abate sobre o setor. Entretanto, o nível de insatisfação é muito grande e esperamos que providências imediatas já estejam a caminho — também afirmou o presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury.

O problema maior que hoje afeta principalmente os pequenos e micro empresários, segundo Lindberg Cury, é a alta taxa de juros do mercado. Das 300 mil microempresas que se instalaram no País praticamente todas estão ameaçadas. “Quem tinha alguma economia guardada já a usou para honrar seus compromissos com os bancos e quem não tinha está em fase de insolvência” — garante o empresário. “Os poucos que conseguiram salvar alguma coisa em seus negócios não têm incentivo nem segurança para fazer novos investimentos”.

## Goiás elege empresários

Da Sucursal

Goiânia — Além do debate sobre o que sugerir à Constituinte, o empresariado goiano preferiu, de forma mais concreta, batalhar pela eleição de empresários como constituintes. E isso o que relata Waldomiro Dal’Agnol, presidente da Associação Comercial e Industrial de Goiás. “Nós trabalhamos durante os dois anos de minha gestão no sentido de levar à Constituinte empresários, ou seja, eleger nos políticos empresários que efetivamente venham defender especificamente os interesses do empresariado goiano e, conseqüentemente, os interesses de Goiás”.

Dal’Agnol confirma a eleição desses empresários, mas instando a citar nomes, preferiu esquivar-se: “Não. Eu prefiro não declinar nomes porque nós queremos ter todos os políticos, aqueles que nós elegemos e também os outros políticos, pois precisamos transformá-los em verdadeiros políticos e empresários”.

Dos debates promovidos a nível da entidade, o ponto principal foi o respeito à livre iniciativa. “Isso foi o debate primordial, presente em todas as conversas, em todas as teses.

Também como presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Goiás, Waldomiro Dal’Agnol assegurou que o empresário goiano faz hoje coro ao clamor nacional contra a volta da ciranda financeira e os juros extorsivos que inviabilizam qualquer empreendimento.

## Minas quer pacto estável

Belo Horizonte — A mobilização das 160 associações comerciais de todo o estado de Minas Gerais e de seus associados, a fim de que seja implantada uma estratégia de ação empresarial, ou seja, um lobby, para atuar junto à Assembleia Nacional Constituinte são dois dos principais objetivos que a Associação Comercial de Minas está empenhada para ter um maior poder de influência junto aqueles que vão redigir a nova Carta Magna para o País.

A Associação Comercial Mineira, em perfeita sintonia com a Confederação das Associações Comerciais, pretende lutar por uma Constituição que seja um verdadeiro pacto social estável, além de duradoura e competente e, se possível, permanente. A intenção de seus membros é a de dar uma colaboração a fim de que o Brasil saia definitivamente deste ciclo contínuo de crises institucionais.

Na busca destes objetivos, a Associação Comercial de Minas promoveu, recentemente, uma reunião do Conselho Diretor da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que aprovou por unanimidade a estratégia para uma ação comercial mineira e defende a tese de que a democracia só será plenamente implantada no País na medida em que se consagre no plano econômico a descentralização das decisões através da economia de mercado. Ela quer, ainda, que o funcionamento do livre sistema de preços como orientador dos investimentos e o lucro como prêmio da eficiência e base indispensável ao reinvestimento.

A entidade entende que essa posição é a que mais convém por ser este o regime que melhor se compatibiliza com a democracia no plano político e o que melhor assegura o desenvolvimento econômico e bem-estar social. Ela entende que os graves problemas conjunturais que o País enfrenta não poderão ser resolvidos sem que se respeitem esses princípios.

Segundo o presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais e da Associação Comercial de Minas, Hiran Reis Corrêa, ao definir o trabalho que já começou a ser realizado pelas entidades que preside com vistas a influir nas decisões da Assembleia Nacional Constituinte para o setor, “o nosso objetivo é o de desenvolver um trabalho articulado com vistas à participação do empresariado nos trabalhos da Constituinte e, também, no sentido de pressionar o governo na direção de medidas que, efetivamente, reconduzam a economia do País aos caminhos da normalidade e do livre mercado”.

Salientou Hiran Corrêa que “cumprindo determinação do plenário da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, em encontro realizado em Belo Horizonte, estamos conclamando todas as Associações Comerciais de Minas Gerais a se engajarem numa ação empresarial efetiva e intensa. Nosso propósito é o de exercer legítima pressão sobre o governo com a finalidade de levar à tomada de medidas eficazes para conter o alto custo do dinheiro”.

## Paraná não tem interesse

Da Sucursal

Curitiba — A Associação Comercial do Paraná age como se não existisse uma Constituinte instalada em Brasília com a missão de redigir uma nova Constituição, com poderes, inclusive, de definir novas e radicais regras para o empresariado nacional. Até agora, a associação promoveu um único e frustrado seminário sobre a Constituinte, não conta com qualquer espécie de canal formal ou informal de comunicação com a bancada paranaense na Assembleia e muito menos qualquer poder organizado de pressão.

“Nosso empresariado infelizmente é muito morno”, lamenta o presidente da Associação Comercial, Carlos Alberto de Oliveira. Ele bem que tentou mudar esse quadro, mas não teve sucesso. Em agosto de 1985, Pereira de Oliveira imaginou sair na frente dos debates sobre a Constituinte e promoveu, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, um seminário de três dias sobre o tema, especialmente dirigido aos empresários.

“Trouxemos sete das maiores autoridades brasileiras em direito constitucional, entre elas o professor Seabra Fagundes, fizemos divulgação por jornais, televisão e mala-direta aos 2 mil associados de Curitiba. No final, tivemos a inscrição de diversos juizes, professores de direito, advogados e um único empresário — eu mesmo. Foi muito triste”, lembra Pereira de Oliveira.

Aos 72 anos de idade, sócio de três empresas de revenda de automóveis, turismo e comércio exterior, Pereira de Oliveira acumula as presidências da Associação Comercial do Paraná, com sede em Curitiba, que dirige há 12 anos, e da Federação das Associações Comerciais do Estado, com 132 entidades filiações, e se julga um bom conhecedor do empresariado paranaense. “Ele é desunido e, em consequência disso, não tem força. E também pouco conscientizado e não sabe com exatidão, à semelhança da maioria da população, o que seja uma Constituinte ou Constituição”.